

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.539.978 - MG (2015/0149982-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**RECORRENTE** : **WANEY BORGES DA GAMA**  
**RECORRENTE** : **WANILDA KAMINO**  
**RECORRENTE** : **JOSE BORGES DA GAMA**  
**RECORRENTE** : **VASCO BORGES DA GAMA**  
**RECORRENTE** : **COMERCIAL DE FERRAGENS E MATERIAIS SOCIEDADE ANONIMA**  
**ADVOGADOS** : **PEDRO HENRIQUE MENEZES NAVES E OUTRO(S) - DF016233**  
**ANTÔNIO LOPES NETO - MG029258**  
**DANIEL FONSÊCA ROLLER E OUTRO(S) - DF017568**  
**ALEX GUEDES DOS ANJOS E OUTRO(S) - MG094467**  
**CLAUDIA PERIARD PRESSATO CARNEIRO - MG052402**  
**RICARDO FERREIRA BAROUCH - MG097853**  
**ALOYSIO FERNANDES XIMENES CARNEIRO E OUTRO(S) - MG134467**  
**NILSON VITAL NAVES E OUTRO(S) - DF032979**  
**REYNALDO XIMENES CARNEIRO E OUTRO(S) - MG010136N**  
**RODRIGO REZENDE DE PÁDUA E OUTRO(S) - DF034550**  
**RECORRENTE** : **DIVA FERREIRA PEREIRA - ESPÓLIO**  
**REPR. POR** : **ANGELA MARIA PEREIRA BARROS - INVENTARIANTE**  
**ADVOGADO** : **LEONARDO DE GOUVÊA CASTELLÕES E OUTRO(S) - MG087704**  
**RECORRIDO** : **OS MESMOS**

**EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE C/C APURAÇÃO E PAGAMENTO DE HAVERES. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. 2. AUSÊNCIA DE JULGAMENTO *EXTRA PETITA*. 3. JUROS MORATÓRIOS. OBSERVÂNCIA DA TAXA SELIC E INCIDÊNCIA SOMENTE APÓS O NONAGÉSIMO DIA APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO DA PRESENTE AÇÃO. PRECEDENTES DESTA CORTE. 4. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FALTA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCIDÊNCIA DO ÓBICE DA SÚMULA N. 283/STF. 5. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA ADEQUADAMENTE. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO DAS TESES SUPOSTAMENTE DIVERGENTES. QUESTÃO ACERCA DA POSSIBILIDADE DE APURAÇÃO DE HAVERES NA PRÓPRIA AÇÃO DE CONHECIMENTO QUE SE ENCONTRA PRECLUSA. 6. AFERIÇÃO DO VALOR REAL DAS QUOTAS DA SÓCIA RETIRANTE. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA N. 83/STJ. 7. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, PROVIDO PARCIALMENTE.

**DECISÃO**

Diva Ferreira Pereira ajuizou ação de dissolução parcial de sociedade c.c. apuração e pagamento de haveres em desfavor de Comercial de Ferragens e Materiais S.A., Waney Borges da Gama, Wanilda Kamino, José Borges da Gama e Vasco Borges da Gama.

O Juízo de primeiro grau julgou procedente o pedido para dissolver parcialmente a sociedade Comercial Ferragens e Materiais S.A., excluindo a autora do respectivo quadro societário, e condenando a requerida ao pagamento de R\$ 1.633.249,70 (um milhão, seiscentos e trinta e três mil, duzentos e quarenta e nove reais e setenta centavos), a título de haveres da autora, acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, desde a citação, e corrigido desde a propositura da ação. Foi determinado, ainda, na referida sentença, que o valor correspondente aos haveres da autora deveria ser pago em até 48 (quarenta e oito) meses, em parcelas iguais e mensais (e-STJ, fls. 1.112-1.118).

A autora e os réus apelaram.

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais, por maioria de votos, negou provimento ao recurso da autora e deu provimento ao apelo dos réus, "apenas para que os cálculos da cota parte devida à autora sejam refeitos após a readequação dos valores inerentes ao estoque da empresa, considerando o valor de estoque em R\$ 1.467.635,48 (um milhão, quatrocentos e sessenta e sete mil, seiscentos e trinta e cinco reais e quarenta e oito centavos)" (e-STJ, fl. 1.254).

O acórdão ficou assim ementado:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - NULIDADE DE CITAÇÃO - PRELIMINAR PREJUDICADA - REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS - PRESENÇA - REJEIÇÃO DAS PRELIMINARES - CERCEAMENTO DE DEFESA - NULIDADE DA SENTENÇA - PRELIMINARES REJEITADAS - AGRAVO RETIDO - REALIZAÇÃO DE NOVA PERÍCIA - DESNECESSIDADE - PROVIMENTO NEGADO - DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE ANÔNIMA - ELEMENTOS PRESENTES - RECONHECIMENTO - PROCEDÊNCIA DO PEDIDO - PAGAMENTO HAVERES - POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO. - Tendo o réu apresentado normalmente a sua contestação, tem-se como prejudicada a preliminar de nulidade de citação. - Presentes os requisitos de admissibilidade dos recursos, é de se rejeitar as preliminares de contrarrazões de não conhecimento dos apelos. -

Ausentes quaisquer nulidades no trâmite da ação ou no julgamento, impõe-se a rejeição das preliminares de nulidade de atos ou da sentença. - O indeferimento de nova perícia não é causa de nulidade por cerceamento de defesa, se a perícia anterior realizada atendeu a contento o fim exigido pelo processo. - É possível a dissolução parcial da sociedade anônima, visando a retirada de sócio. - Sendo de grande monta a quantia devida ao sócio retirante pelos seus haveres, correta se mostra a sentença que autoriza o pagamento em parcelas mensais e com base no princípio de preservação da sociedade.

Os embargos de declaração opostos ao referido acórdão foram rejeitados.

Posteriormente, foram acolhidos os embargos infringentes opostos por Diva Ferreira Pereira para, reformando o acórdão embargado, manter integralmente a sentença proferida, em *decisum* assim resumido:

EMBARGOS INFRINGENTES. DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA. PAGAMENTO DOS HAVERES DO SÓCIO RETIRANTE. VALORES REAIS. PREVALÊNCIA DO VOTO VENCIDO. ACOLHIMENTO. Na apuração de haveres dos sócios, quando da dissolução da sociedade, deve-se levar em consideração o valor real dos bens que constituem o seu patrimônio, sob pena de enriquecimento ilícito da sociedade e dos sócios remanescentes, em detrimento dos sócios retirantes.

Daí o presente recurso especial, em que Comercial de Ferragens e Materiais S.A., Waney Borges da Gama, Wanilda Kamino, José Borges da Gama e Vasco Borges da Gama sustentam que o acórdão recorrido violou o art. 535 do Código de Processo Civil de 1973, pois não enfrentou as alegações relevantes suscitadas pelos recorrentes, deixando de considerar "a necessidade de respeitar os artigos 655 a 674 do Decreto-lei n. 1.608, de 18 de setembro de 1939, mantidas em vigor pelo art. 1.218, VII, do CPC/1973, e, arguída a matéria nos embargos, não foi decidida" (e-STJ, fl. 1.319).

Reforçam ser caso de cassação da sentença, para que a matéria seja apreciada na fase de liquidação, segundo determinam os referidos dispositivos legais.

Apontam, ainda, que, "ao contrário do que está no v. acórdão, a nulidade da sentença é notória, manifesta e indubitosa, porque contraria expressamente o que preceitua o art. 459, do CPC, tendo em vista que se baseou o pedido no que dispõe o art. 1.218, VII, do CPC, que remete para os artigos 655 a 674, a dissolução e liquidação das sociedades

comerciais, tal como requerido na petição inicial" (e-STJ, fls. 1322-1323), tratando-se, portanto, de sentença *extra petita*, com clara violação ao devido processo legal.

Aduzem, também, que houve violação aos arts. 406 e 407 do Código Civil, visto que os juros não poderiam "correr da citação, mas somente depois de serem fixados judicialmente, (...), sob pena de enriquecimento sem causa da parte autora" (e-STJ, fl. 1.329), além do que deveriam ser vinculados à taxa SELIC, e não pré fixados em 1% a.m.

Argumentam que "o v. acórdão também foi contraditório em relação à aplicação do art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil, haja vista que a sentença proferida em ação de dissolução parcial de sociedade empresarial com pedido de apuração de haveres tem natureza jurídica eminentemente constitutiva negativa", sem contar que "também restou violado o art. 125, inc. I, do Código de Processo Civil, haja vista que os honorários devidos pela parte autora foram arbitrados em valor fixo, enquanto os devidos pela parte requerida foram determinados em 10% (dez por cento) do valor total devido à autora" (e-STJ, fl. 1.337).

Apontam a existência de divergência de entendimento entre o acórdão recorrido e a jurisprudência de outros Tribunais e do próprio Superior Tribunal de Justiça.

Por fim, considerando a alteração do *decisum* por ocasião do julgamento dos embargos infringentes, foi apresentado um aditivo ao recurso especial às fls. 1515-1528 (e-STJ), em que se alegou violação ao art. 183, II, da Lei n. 6.404/1976, tendo em vista que, na avaliação patrimonial da empresa, o estoque deveria ser avaliado pelo valor de entrada da mercadoria ou pelo custo de aquisição, e não pelo valor de mercado.

Pleiteiam, assim, o provimento do recurso especial "(i) para que seja cassado o acórdão dos embargos para que outro se profira com enfrentamento de toda a matéria ou (ii) seja provido o recurso especial para a reforma da decisão com a determinação para que se faça a liquidação com a apuração de haveres; (iii) ou, ainda, não anulado o acórdão dos embargos, pede que se altere o cálculo de juros e da correção, contando só a partir do trânsito em julgado e (iv) seja reformada a decisão com a apuração do estoque e das cotas da parte, na forma da Lei n. 6.404/76, como exposto neste recurso e não no valor estabelecido no acórdão de R\$ 1.633.249,70" (e-STJ, fl. 1.528).

As contrarrazões foram apresentadas às fls. 1.605-1.611 (e-STJ).

Em razão do falecimento da ora recorrida Diva Ferreira Pereira, noticiado às fls. 1.634-1.637 (e-STJ), foi determinada a substituição processual pelo respectivo espólio, constando como inventariante Ângela Maria Pereira Barros (e-STJ, fl. 1.670).

Brevemente relatado, decido.

De início, verifico que todas as questões suficientes ao deslinde da controvérsia foram devidamente analisadas pelo Tribunal de origem, não havendo a apontada negativa de prestação jurisdicional.

Com efeito, a Corte local entendeu pela possibilidade de cumular o pedido de dissolução parcial da sociedade com a apuração dos haveres da sócia retirante na própria fase de conhecimento, observando-se os princípios do contraditório e da ampla defesa.

A propósito, em relação aos argumentos suscitados pelas recorrentes nesse ponto, o Tribunal de origem se pronunciou da seguinte forma (e-STJ, fls. 1.249-1.250):

Sustenta o Apelante, que a sentença seria nula em razão do cerceamento de defesa causado, para que flua o processo em seus devidos termos, com a instrução realizada de forma a trazer equilíbrio entre as partes.

Rejeito de plano a referida preliminar, na medida em que, o Apelante não explicitou o que seriam os "seus devidos termos" necessários para que a sentença fosse prolatada. Cumpre dizer ainda que, após o encerramento da instrução, o Apelante apresentou o seu agravo retido, já analisado, onde não houve a suposta indicação desses mencionados "termos". Assim, ainda que existentes esses "termos" possivelmente necessários para a prolação da sentença, ressoa a preclusão operada, já que, competia ao Apelante apresentar tal insurgência logo após a prolação da decisão interlocutória que encerrou a instrução processual.

Sustenta ainda o Apelante, ser a sentença extra petita, na medida em que, a forma posta na sentença, a dívida da empresa ficará sem meios de ser saldada e os sócios que remanescem não vão cobrir o prejuízo, porque, se insolvência houver, ela alcançará a totalidade dos sócios, sem exclusão de alguém coroado pela benignidade da petita em realizar um laudo pericial sem lastro na prova e pela superficialidade do exame da matéria.

Rejeito, também de plano, a segunda preliminar, na medida em que, a

sentença só é reconhecida como extra petita se decidir matéria que não foi objeto da lide e do pedido. In casu, o Apelante não indicou qual seria a matéria *extra petita* eventualmente abordada pela sentença. O fato de, eventualmente, o comando da sentença não puder ser cumprido pelo Apelante ou por seu quadro societário, não significa dizer que a sentença foi extra petita, até porque, a análise da possibilidade de cumprimento da sentença se constitui em ato próprio do procedimento executivo e não de conhecimento.

Aliás, vale ressaltar, conforme muito bem consignado no acórdão recorrido, que os requeridos, ora recorrentes, não impugnaram, no momento oportuno, a decisão do Juízo de primeiro grau que havia determinado a realização de perícia para fins de apuração dos haveres da autora durante a instrução processual, estando, portanto, preclusa essa matéria.

Dessa forma, afasta-se a apontada violação aos arts. 459 e 535 do Código de Processo Civil de 1973.

Já no tocante à incidência dos juros moratórios, entendo que assiste razão aos recorrentes.

Não se olvida que os precedentes mais antigos desta Corte Superior orientavam que os juros de mora sobre os haveres dos sócios dissidentes deveriam fluir a partir da citação, como entenderam as instâncias ordinárias.

Nesse sentido:

COMERCIAL. APURAÇÃO DE HAVERES. JUROS DE MORA. Na ação de apuração de haveres resultante de dissolução parcial da sociedade, os juros incidentes sobre o montante da condenação fluem a partir da citação inicial. Embargos de divergência conhecidos e providos. (EResp n. 564.711/RS, Segunda Seção, Relator o Ministro Ari Pargendler, DJ de 27/8/2007)

Ocorre que, com o advento do art. 1.031, § 2º, do Código Civil de 2002, passou a incidir norma especial a respeito do tema, determinando que "a quota liquidada será paga em dinheiro, no prazo de noventa dias, a partir da liquidação, salvo acordo, ou estipulação contratual em contrário".

A partir daí, a jurisprudência passou a entender que, na ausência de acordo

ou estipulação contratual em contrário, os juros moratórios devem incidir a partir do nonagésimo dia seguinte ao trânsito em julgado da liquidação referente à apuração de haveres.

Confirmam-se, a propósito, os seguintes julgados:

RECURSO ESPECIAL E AGRAVOS EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO SOCIETÁRIO. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE. IRRESIGNAÇÕES SUBMETIDAS AO CPC/73. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO VERIFICADA. CRITÉRIO UTILIZADO PARA APURAÇÃO DE HAVERES. QUESTÃO PREJUDICADA. ENCARGOS DECORRENTES DA LIQUIDAÇÃO FORÇADA. SÚMULA Nº 7 DO STJ. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. JUROS MORATÓRIOS INCIDENTES A PARTIR DO NONAGÉSIMO DIA POSTERIOR A LIQUIDAÇÃO.

1. As disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº. 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016.

2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional quando o órgão julgador enfrenta, de modo adequado e suficiente, todos os argumentos necessários ao julgamento da causa.

3. A alegação de que o valor homologado estaria incorreto se mostra prejudicada em razão do que decidido no julgamento dos REsp's 1.483.333/DF e 1.499.772/DF.

4. Quanto a necessidade de repartição proporcional de referidos encargos, como forma de preservação do princípio da isonomia, o tema carece do necessário prequestionamento. Incidência da Súmula nº 211 do STJ.

**5. Nos casos de dissolução parcial de sociedade anônima os juros moratórios são devidos a partir do vencimento do prazo nonagesimal, após a sentença de liquidação de haveres, conforme regra prevista no art. 1.031, § 2º, do CC/02, aplicável por analogia. Precedentes.**

6. Recurso especial de ESPÓLIO DE JOSINO e ANTÔNIO NAVES parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido.

(REsp n. 1.504.243/DF, Terceira Turma, Relator o Ministro Moura Ribeiro, DJe de 6/6/2019 - sem grifo no original)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE EMPRESARIAL. RETIRADA DE SÓCIO. APURAÇÃO DE HAVERES. FORMA DE PAGAMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS COM EFEITOS INFRINGENTES. VERIFICAÇÃO DE ERRO DE FATO E OMISSÃO. POSSIBILIDADE. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973. INEXISTÊNCIA. CONTRATO SOCIETÁRIO.

INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. ART. 1.031, § 2º, DO CC/2002. AGRAVO INTERNO PROVIDO, PARA DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

1. Não se verifica a alegada ofensa ao art. 535, II, do CPC/1973, uma vez que o Tribunal de origem prestou jurisdição completa. É indevido conjecturar-se a existência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado apenas porque decidido em desconformidade com os interesses da parte.

2. A teor dos precedentes do Superior Tribunal de Justiça, "É admitido o uso de embargos de declaração com efeitos infringentes, em caráter excepcional, para a correção de premissa equivocada, com base em erro de fato, sobre a qual tenha se fundado o acórdão embargado, quando tal for decisivo para o resultado do julgamento" (EDcl nos EDcl nos EDcl no AgRg no Ag 632.184/RJ, Terceira Turma, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJe de 2/10/2006).

3. Decidida a forma de pagamento da quota a partir da interpretação de cláusula contratual constante de instrumento particular da alteração do contrato societário da recorrente, afirmando o Tribunal a quo que, quando da saída da sócia da sociedade, "vigorava, quanto ao modo de apuração de haveres, a cláusula décima terceira inscrita à fl. 25", em substituição à cláusula 18 do contrato social, invocada pela recorrente nas razões do recurso especial, a modificação do julgado demandaria a interpretação do contrato, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõem as Súmulas 5 e 7 do STJ.

**4. Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, "Os juros de mora eventualmente devidos em razão do pagamento dos haveres devidos em decorrência da retirada do sócio, no novo contexto legal do art. 1.031, § 2º, do CC/02, terão por termo inicial o vencimento do prazo legal nonagesimal, contado desde a liquidação dos haveres" (REsp 1.286.708/PR, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe de 5/6/2014).**

5. Agravo interno provido, dando-se parcial provimento ao recurso especial da agravante.

(REsp n. 1.514.774/RN, Quarta Turma, Relator o Ministro Lázaro Guimarães - Desembargador convocado do TRF 5ª Região, DJe de 26/3/2018 - sem grifo no original)

Na hipótese dos autos, contudo, como a liquidação dos haveres se deu na própria ação de dissolução parcial da sociedade, deve-se reconhecer, na linha do que preconiza o art. 1.031, § 2º, do Código Civil, que os juros moratórios somente poderão começar a fluir após o nonagésimo dia seguinte ao trânsito em julgado da sentença proferida neste feito.



Ademais, em relação à pré fixação dos juros moratórios em 1% (um por cento) ao mês, além da correção monetária determinada pelas instâncias ordinárias, o acórdão recorrido também merece reforma.

É que, segundo a jurisprudência pacífica desta Corte Superior, a taxa dos juros a que se refere o art. 406 do CC/2002 é a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, por ser ela a que incide como juros moratórios dos tributos federais (Recurso Especial n. 1.111.117/PR, Corte Especial, Relator para acórdão o Ministro Mauro Campbell Marques, DJe de 2/9/2010 - julgado sob o regime do art. 543-C do CPC/1973), a qual não pode ser cumulada com quaisquer índices de correção monetária.

Nesse sentido:

DIREITO SOCIETÁRIO. RECURSOS ESPECIAIS. AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE LIMITADA. HOLDING. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. JUROS DE MORA. TAXA SELIC. CUMULAÇÃO COM CORREÇÃO MONETÁRIA. DESCABIMENTO. SOBRESTAMENTO DO PROCESSO. INVIABILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA. CRITÉRIO UTILIZADO PARA A APURAÇÃO DE HAVERES E MARCO INICIAL DO BALANÇO DE DETERMINAÇÃO. PRECLUSÃO. SÚMULA 83/STJ. SISTEMÁTICA DE CÁLCULOS ADOTADA PELA PERÍCIA. SÚMULA 7/STJ. ADEQUAÇÃO DE VALORES PROVISIONADOS. SÚMULA 284/STF. MARCO INICIAL DOS JUROS DE MORA. SÚMULA 211/STJ. DISTRIBUIÇÃO DA SUCUMBÊNCIA. SÚMULA 7/STJ.

1- Ação distribuída em 26/11/1992. Liquidação de sentença deflagrada em 7/10/2010. Recursos especiais interpostos em 24/9/2014 e atribuídos à Relatora em 2/9/2016.

2- Controvérsia que se cinge em examinar a adequação dos critérios fixados pelo Tribunal de origem para quantificação dos haveres devidos ao sócio retirante em razão da dissolução parcial de sociedade de responsabilidade limitada, bem como o marco inicial da fluência dos juros de mora e a distribuição dos honorários de sucumbência.

**3- De acordo com o entendimento do STJ, a taxa dos juros moratórios a que se refere o art. 406 do CC/02 é a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, que se revela insuscetível de cumulação com quaisquer índices de correção monetária, sob pena de bis in idem.**

4- Não há razão jurídica apta a ensejar o sobrestamento da presente ação, na medida em que o recurso especial não é dotado de efeito

suspensivo e não se verifica a ocorrência de alguma das hipóteses previstas no art. 265 do CPC/73.

5- Ausentes os vícios do art. 535 do CPC/73, rejeitam-se os embargos de declaração.

6- O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.

7- A decisão que determinou a apuração dos haveres do sócio retirante com base no valor de mercado da sociedade parcialmente dissolvida e aquela que fixou o marco inicial para elaboração do balanço de determinação foram proferidas anteriormente à decisão que originou o presente recurso especial, o que impossibilita novo exame das questões, em decorrência da preclusão operada.

8- Modificar as conclusões do acórdão recorrido quanto à adequação dos critérios a serem considerados pela perícia à vista da realidade econômica e patrimonial da sociedade exigiria o reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado a esta Corte pela Súmula 7/STJ.

9- Ainda que se pudesse superar referidos óbices, o entendimento manifestado pelos juízos de primeiro e segundo graus de jurisdição está em consonância com os critérios estabelecidos para apuração de haveres estipulados pelo Supremo Tribunal Federal, há longa data, e que encontram ressonância nesta Corte Superior.

10- A discussão acerca do conceito de patrimônio líquido e dos ajustes realizados pelo expert afigura-se irrelevante na espécie, na medida em que o critério adotado para apuração dos haveres do sócio funda-se no valor de mercado da sociedade, e não no seu registro contábil histórico.

11- No que se refere à necessidade de adequação de valores provisionados, os recorrentes não apontaram, de forma analítica e articulada, quais dispositivos legais foram violados pelo Tribunal de origem, o que atrai a incidência da Súmula 284/STF.

12- A tese dos recorrentes relativa ao marco inicial de fluência dos juros de mora não está prequestionada.

13- A análise da insurgência quanto aos critérios orientadores da distribuição dos honorários sucumbenciais esbarra no óbice da Súmula 7/STJ.

14- Recursos especiais não providos.

(REsp n. 1.537.922/DF, Terceira Turma, Relatora a Ministra Nancy Andrighi, DJe de 30/3/2017 - sem grifo no original)

Em relação aos honorários advocatícios, o Tribunal de origem consignou que "não há que se cogitar em contradição pela ocorrência de uma condenação em valor fixo e outra em valor percentual, a título de honorários de sucumbência, na medida em que a conjugação dos parágrafos do artigo 20 do Código de Processo Civil possibilita essa diferenciação como consequência entre a parte que vai receber quantia certa pela ação

proposta e a parte que não sofreu condenação" (e-STJ, fl. 1.297).

Esse fundamento, contudo, não foi impugnado pelas recorrentes, o que faz incidir o óbice da Súmula n. 283 do STF.

No tocante à divergência jurisprudencial apontada, o recurso especial também não ultrapassa o juízo de admissibilidade.

Isso porque as recorrentes não efetuaram o indispensável cotejo analítico das teses supostamente divergentes entre os acórdãos confrontados, pois limitaram-se a transcrever apenas as ementas dos arestos paradigmas, o que não se mostra suficiente para o exame do recurso especial pela divergência.

Além disso, ao contrário do que afirmam as recorrentes, as instâncias ordinárias não dispensaram a apuração de haveres. Na verdade, o que ocorreu foi apenas a realização dessa fase na própria ação de conhecimento, durante a instrução probatória, ao invés de relegar para a fase de liquidação de sentença, como ordinariamente ocorre.

A propósito, confira-se trecho da sentença que bem esclareceu essa situação (e-STJ, fl. 1.116):

Em ações como a presente, geralmente se decide se cabível ou não a dissolução parcial e forma de apuração de haveres, relegando para liquidação de sentença o valor dos haveres.

Porém, no caso dos autos, **durante a instrução já foi apurado através de perícias o valor dos haveres**, e, assim, por economia processual, deve a presente sentença prestigiar a eficiência do ato judicial e já fixar o valor devido.

Esse fundamento, além de não ter sido impugnado pelas recorrentes, o que faz incidir o óbice da Súmula 283/STF, também demonstra a completa ausência de similitude fática entre o acórdão recorrido e aqueles apontados como paradigmas.

Relembro, ainda, que as recorrentes não impugnaram, no momento oportuno, a determinação do Juízo de primeiro grau de realização da perícia para fins de apuração dos haveres da autora, o que torna a questão preclusa.

Por fim, passo à análise da suposta violação ao art. 183, inciso II, da Lei n. 6.404/1976.

Na hipótese, o Tribunal de origem, por ocasião do julgamento dos embargos infringentes, manteve integralmente a sentença de dissolução parcial da sociedade e apuração de haveres, sob o fundamento de que "deve-se levar em consideração o valor real dos bens que constituem o seu patrimônio, sob pena de enriquecimento ilícito da sociedade e dos sócios remanescentes, em detrimento dos sócios retirantes" (e-STJ, fl. 1.464).

Esse entendimento está em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior, no sentido de se buscar sempre o valor real das quotas do sócio retirante, a fim de evitar o enriquecimento sem causa da sociedade e dos demais sócios, razão pela qual tem incidência a Súmula n. 83/STJ.

Nesse sentido:

DIREITO SOCIETÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADES. EXCLUSÃO DE SÓCIO. JUSTA CAUSA. APURAÇÃO DE HAVERES. DATA-BASE. EFETIVO DESLIGAMENTO. FORMA DE PAGAMENTO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. PRAZO NONGESIMAL PARA PAGAMENTO. ARTS. ANALISADOS: 1.030, 1.031, 1.044 E 1.085 DO CC/02. 1. Ações de ajuizadas em 1997. Recurso especial concluso ao Gabinete em 2011/2012. 2. Demandas em que se discute a caracterização de justa causa para exclusão de sócio; as datas-base para apuração de haveres, bem como a forma de pagamento e o termo inicial dos juros de mora eventualmente incidentes. 3. A prática de atos reiterados como padrão de normalidade por ambos os sócios e nas três sociedades que mantêm há mais de 40 anos, ainda que irregulares e espúrios, não servem como causa necessária da quebra da affectio societatis a fim de configurar justa causa para exclusão de sócio em relação à Concorde Administração de Bens Ltda. 4. **A apuração dos haveres tem por objetivo liquidar o valor real e atual do patrimônio empresarial, a fim de se identificar o valor relativo à quota dos sócios retirante.** 5. **Para que não haja enriquecimento indevido de qualquer das partes, a apuração deve ter por base para avaliação a situação patrimonial da data da retirada (art. 1.031, CC/02), a qual, na hipótese dos autos, foi objeto de transação entre as partes ao longo da demanda.** 6. A retirada do sócio por dissolução parcial da empresa não se confunde com o direito de recesso, que possui hipóteses de incidência restrita e forma de apuração de haveres distinta. 7. A existência de cláusula contratual específica para pagamento de haveres na hipótese de exercício do

direito de recesso não pode ser aplicada por analogia, para os fins de afastar a incidência do art. 1.031, § 2º, do CC/02 na situação concreta de retirada do sócio. 8. Os juros de mora eventualmente devidos em razão do pagamento dos haveres devidos em decorrência da retirada do sócio, no novo contexto legal do art. 1.031, § 2º, do CC/02, terão por termo inicial o vencimento do prazo legal nonagesimal, contado desde a liquidação dos haveres. 9. Em face da alteração da proporcionalidade da sucumbência, devem ser redistribuídos o respectivo ônus. 10. Recursos especiais parcialmente providos. (REsp n. 1.286.708/PR, Relatora a Ministra Nancy Andri ghi, DJe de 5/6/2014 - sem grifo no original)

COMERCIAL. SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA. CUNHO FAMILIAR. QUEBRA DA AFFECTIO SOCIETATIS. DISSOLUÇÃO PARCIAL. POSSIBILIDADE. PEDIDO FORMULADO POR ACIONISTAS MAJORITÁRIOS. POSSIBILIDADE.

**1. Admite-se dissolução parcial de sociedade anônima fechada de cunho familiar quando houver a quebra da affectio societatis, com a retirada dos sócios dissidentes, após a apuração de seus haveres em função do valor real do ativo e do passivo.**  
**Precedentes.**

2. Se o legislador autorizou os acionistas majoritários a pleitearem a dissolução total da sociedade - hipótese que leva à liquidação da empresa, com a saída de todos os sócios, inclusive os minoritários - está admitida também a sua dissolução parcial. Não há sentido em impedir que os acionistas majoritários busquem permanecer no controle da empresa, até porque representam a maioria do capital social e, a rigor, a vontade dominante no que se refere aos interesses convergentes que, desde o início, caracterizaram a affectio societatis e a forma de exploração do objeto social.

3. Nada impede os acionistas minoritários de apresentarem, em sede de defesa, reconvenção, caso concordem com a dissolução parcial mas entendam que os acionistas majoritários é que devem se afastar. Todavia, o que não se pode admitir é que, numa sociedade intuitu personae com ruptura da affectio societatis, os sócios minoritários se postem contrários à dissolução parcial mas não demonstrem interesse em assumir o controle da empresa.

4. Recurso especial não provido.

(REsp n. 1.128.431/SP, Relatora a Ministra Nancy Andri ghi, DJe de 25/10/2011 - sem grifo no original)

Ante o exposto, conheço, em parte, do recurso especial, e, nessa extensão, dou-lhe parcial provimento apenas para determinar que os juros moratórios deverão observar a taxa SELIC, sem cumulação com quaisquer índices de correção monetária, os quais somente começarão a fluir após o nonagésimo dia seguinte ao trânsito em julgado da sentença

# *Superior Tribunal de Justiça*

proferida neste feito.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator